

Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.

CNPJ: 21.869.008/0001-69

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor-Presidente
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.554	44
Títulos e valores mobiliários		8	3.773
Contas a receber de clientes	4	21.100	27.232
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		3.976	3.311
Outros tributos compensáveis		10	801
Cauções e depósitos	5	8.668	9.285
Outros créditos		1.527	547
Total do ativo circulante		46.843	44.993
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	4	7.308	8.477
Tributos diferidos	15	313	32
Imobilizado	6	322.198	334.677
Intangível		13.590	14.082
Total do ativo não circulante		343.409	357.268
Total do ativo		390.252	402.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	22.714	12.912
Empréstimos e financiamentos	8	10.026	9.942
Obrigações por arrendamentos		160	230
Outras obrigações fiscais		293	378
Encargos setoriais		88	87
Dividendos a pagar	10	2.718	12.696
Outras obrigações	9	3.831	1.975
Total do passivo circulante		39.830	38.220
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	115.453	124.129
Obrigações por arrendamentos		7.037	7.128
Outras obrigações fiscais		14	14
Provisão para desmantelamento		482	744
Total do passivo não circulante		122.986	132.015
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	206.050	206.050
Reserva legal		7.276	6.704
Reservas de lucros		5.738	13.305
Reserva de incentivos fiscais		8.372	5.967
Total do patrimônio líquido		227.436	232.026
Total do passivo e do patrimônio líquido		390.252	402.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida	12	61.488	111.498
Custo do serviço	13	(35.472)	(72.135)
Lucro bruto		26.016	39.363
Despesas operacionais	13		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(430)	(465)
Despesas gerais e administrativas		(1.931)	(2.000)
Total despesas operacionais		(2.361)	(2.465)
Resultado do serviço		23.655	36.898
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		2.620	7.100
Despesas financeiras		(12.616)	(12.078)
Total do resultado financeiro		(9.996)	(4.978)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.659	31.920
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(4.901)	(10.861)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	281	32
Incentivo Fiscal	15	2.405	5.957
		(2.215)	(4.872)
Lucro líquido do exercício		11.444	27.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	11.444	27.048
Total de outros resultados abrangentes do exercício	11.444	27.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de incentivos fiscais		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	206.050	5.352	76.272	-	-	287.674
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.048	27.048
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(76.272)	-	-	(76.272)
Reserva legal	-	1.352	-	-	(1.352)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.424)	(6.424)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.967	(5.967)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	13.305	-	(13.305)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	206.050	6.704	13.305	5.967	-	232.026
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.444	11.444
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(13.316)	-	-	(13.316)
Reserva legal	-	572	-	-	(572)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.718)	(2.718)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	2.405	(2.405)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	5.749	-	(5.749)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.050	7.276	5.738	8.372	-	227.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.444	27.048
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	430	995
Encargos financeiros do arrendamento	851	810
Juros provisionados sobre empréstimos	9.556	8.600
Depreciação e amortização	13.161	13.123
Juros e variações monetárias	972	-
Atualização financeira-Desmantelamento	79	137
Custo da transação	255	252
Incentivo fiscal Sudene	(2.405)	(5.957)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.901	10.861
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(281)	(32)
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	6.871	18.837
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	(665)	(274)
Outros tributos compensáveis	791	(795)
Cauções e depósitos	617	(2.278)
Outros créditos	(980)	(7.619)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	9.802	19.947
Imposto de renda e contribuição social a pagar	383	-
Outras obrigações fiscais	(85)	(222)
Encargos setoriais	1	87
Outras obrigações	1.856	1.531
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.879)	(9.638)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(9.546)	(8.581)
Pagamentos de juros de arrendamento	(851)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	44.278	66.832
Atividades de investimentos:		
Adições de ativos imobilizado e intangível	(407)	(1.024)
Títulos e valores mobiliários	3.765	(3.773)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	3.358	(4.797)
Atividades de financiamentos:		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(9.829)	(9.803)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(285)	(918)
Pagamento de dividendos	(26.012)	(75.350)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(36.126)	(86.071)
Variação no caixa líquido da Companhia	11.510	(24.036)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44	24.080
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.554	44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 30 de janeiro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 56 MW no município de Morro do Chapéu, estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 06/2014-ANEEL, com contrato vigente até 3 de julho 2050, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 02 de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	578	-
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	3.923	-
Operações compromissadas	7.053	44
Total	11.554	44

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 99% do CDI. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Concessionárias e permissionárias	16.423	164	579	17.166	9.142
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	3.064	-	3.867	6.931	21.106
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	1.348	126	4.262	5.736	6.456
	<u>20.835</u>	<u>290</u>	<u>8.708</u>	<u>29.833</u>	<u>36.704</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(738)	(164)	(523)	(1.425)	(995)
Total	<u>20.097</u>	<u>126</u>	<u>8.185</u>	<u>28.408</u>	<u>35.709</u>
Circulante				21.100	27.232
Não circulante				7.308	8.477

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Curto Prazo - MCP) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(995)	(1.211)	781	(1.425)
Total	<u>(995)</u>	<u>(1.211)</u>	<u>781</u>	<u>(1.425)</u>

	31.12.2020	Adição	Reversão	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(530)	(496)	31	(995)
Total	<u>(530)</u>	<u>(496)</u>	<u>31</u>	<u>(995)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Cauções e depósitos

	31.12.2022	31.12.2021
Conta Reserva de O&M	1.520	1.146
Conta centralizadora	2.463	3.531
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	4.685	4.608
Total	8.668	9.285

O saldo de R\$ 8.668 (R\$ 9.285, em 31 de dezembro de 2021), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	55.150	-	-	(341)	8	54.817
Máquinas e equipamentos	302.663	-	-	-	812	303.475
Linhas de transmissão	9.952	-	-	-	-	9.952
	367.765	-	-	(341)	820	368.244
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(6.217)	-	(1.835)	-	-	(8.052)
Máquinas e equipamentos	(34.268)	-	(10.142)	-	-	(44.410)
Linhas de transmissão	(1.102)	-	(332)	-	-	(1.434)
	(41.587)	-	(12.309)	-	-	(53.896)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	1.757	367	-	-	(820)	1.304
	1.757	367	-	-	(820)	1.304
Total do imobilizado	327.935	367	(12.309)	(341)	-	315.652
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	6.742	124	(320)	-	-	6.546
	6.742	124	(320)	-	-	6.546
Total	334.677	491	(12.629)	(341)	-	322.198

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8. Empréstimos e financiamentos

O empréstimo com o BNDES possui como garantias todas as ações atuais e futuramente detidas pela controladora Enel Brasil S.A., as máquinas e equipamentos do projeto, bem como a cessão fiduciária de seus recebíveis.

	31.12.2022					Total circulante + não circulante
	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNDES	9.621	405	10.026	115.453	115.453	125.479
Total	9.621	405	10.026	115.453	115.453	125.479

	31.12.2021					Total circulante + não circulante
	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNDES	9.548	394	9.942	124.129	124.129	134.071
Total	9.548	394	9.942	124.129	124.129	134.071

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.961	133.642	143.603
Encargos provisionados	8.600	-	8.600
Encargos pagos	(8.581)	-	(8.581)
Transferências	9.513	(9.513)	-
Amortizações	(9.803)	-	(9.803)
Custo de transação	252	-	252
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.942	124.129	134.071
Encargos provisionados	9.556	-	9.556
Encargos pagos	(9.546)	-	(9.546)
Variação monetária	972	-	972
Transferências	8.676	(8.676)	-
Amortizações	(9.829)	-	(9.829)
Custo de transação	255	-	255
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.026	115.453	125.479

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
BNDES	122.064	17/04/2020	15/12/2035	TJLP+1,34% aa	Price	Mensal	74.368	Financiamento	125.479

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
9.621	9.621	9.621	9.621	76.969	115.453

Com o *completion* físico e financeiro concedido pelo BNDES em 2022, a fiança bancária anteriormente vigente foi dispensada.

Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de apuração do índice
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

1. Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos, excluindo-se a despesa de imposto de renda e contribuição social decorrentes das receitas financeiras;
2. Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES;
3. EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment* / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.

Em 31 de dezembro de 2022 o ICSD foi de 1,79 (2,46 em 31 de dezembro de 2021).

O contrato de financiamento determina também a apuração do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), para fins de ajuste do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas, na nota explicativa nº 5.

9. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2022, o montante apresentado de R\$ 3.831 (R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a compartilhamento de despesas de comuns entre as empresas do grupo, vide nota explicativa nº 16.

10. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

10.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos fiscais cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza fiscais, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais	675	39
Total	675	39

A Companhia discute taxa de fiscalização e funcionamento no montante de 675 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2021).

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 206.050, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	206.050.114	100,00%	206.050.114	100,00%
Total	206.050.114	100,00%	206.050.114	100,00%

11.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social

11.3 Reserva de incentivo fiscal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou o benefício de redução do imposto de renda da SUDENE, e constituiu reserva de incentivo fiscal de R\$ 2.405 (R\$ 5.967 em 31 de dezembro de 2021).

11.4 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 08 de julho de 2022 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 13.316 pagos de forma integral dentro do exercício de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11.5 Distribuição de resultado

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se encontra detalhada abaixo:

	31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	12.696	13.316	2.718	(26.012)	2.718

	31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2021
		Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	5.349	76.272	6.425	(75.350)	12.696

11.6 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	11.444	27.048
(-) Reserva legal	(572)	(1.352)
Lucro ajustado	10.872	25.696
Dividendo mínimo obrigatório	(2.718)	(6.424)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(2.405)	(5.967)
Reserva para reforço de capital de giro	(5.749)	(13.305)
	-	-

12. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	31.12.2022	31.12.2021
Suprimento de energia elétrica	31.608	68.955
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 15)	36.376	54.703
	67.984	123.658
Deduções da receita		
Cofins	(5.167)	(9.838)
Pis	(1.122)	(2.136)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(207)	(186)
	(6.496)	(12.160)
Total	61.488	111.498

13. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022				2021			
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Material	(39)	-	(14)	(53)	(851)	-	-	(851)
(-) Capitalização dos custos de material	-	-	-	-	806	-	-	806
Serviços de terceiros	(5.821)	-	(11)	(5.832)	(4.688)	-	(14)	(4.702)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 16)	-	-	(1.835)	(1.835)	-	-	(1.809)	(1.809)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.164)	-	-	(6.164)	(20.005)	-	-	(20.005)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 16)	(7.797)	-	-	(7.797)	(36.280)	-	-	(36.280)
Encargos de uso de rede elétrica	(2.950)	-	-	(2.950)	(2.611)	-	-	(2.611)
Depreciação e amortização	(13.161)	-	-	(13.161)	(13.123)	-	-	(13.123)
Aluguéis e arrendamentos	(40)	-	-	(40)	-	-	-	-
Transporte de potência de energia	(26)	-	-	(26)	(26)	-	-	(26)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 16)	(32)	-	-	(32)	(28)	-	-	(28)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(430)	-	(430)	-	(465)	-	(465)
Seguros	(759)	-	-	(759)	(536)	-	-	(536)
Outras receitas (despesas)	1.317	-	(71)	1.246	5.207	-	(177)	5.030
Total	(35.472)	(430)	(1.931)	(37.833)	(72.135)	(465)	(2.000)	(74.600)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.479	1.497
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	496	4.504
Variação cambial	735	1.238
Variação cambial realizada	2	-
Atualização de créditos tributários	(23)	(216)
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	-	147
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(69)	(70)
	2.620	7.100
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(1.165)
Variação cambial realizada	-	(10)
Custo de transação	(255)	(252)
Encargos de dívidas	(10.528)	(8.600)
Atualização de impostos e multas	(16)	(47)
Garantias e fianças	(709)	(1.013)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(59)	(40)
Atualização financeira desmantelamento	(79)	(137)
Juros em arrendamento	(851)	(810)
Outras despesas financeiras	(119)	(4)
	(12.616)	(12.078)
Total	(9.996)	(4.978)

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(1.193)	(1.303)	(2.024)	(2.880)
Diferidos	207	74	23	9
	(986)	(1.229)	(2.001)	(2.871)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	13.659	13.659	31.920	31.920
Adições:				
Variação cambial não realizada	(735)	(735)	(42)	(42)
Provisões	1.448	1.448	18	18
Outras despesas indedutíveis	114	114	-	-
	827	827	(24)	(24)
Base de cálculo	14.486	14.486	31.896	31.896
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(3.599)	(1.302)	(7.968)	(2.871)
SUDENE	2.405	-	5.967	-
Total	(1.194)	(1.302)	(2.001)	(2.871)

Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição - 10 anos - de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Haja vista a opção pelo regime de lucro presumido nos anos de 2019 e 2020 e, em conformidade com o despacho decisório da RFB, foi deferido o prazo de 01/01/2021 a 31/12/2028 de fruição do referido benefício fiscal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o benefício apurado foi de R\$ 2.405 (R\$ 5.967 em 31 de dezembro de 2021). O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos encontram-se demonstrados como segue:

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos:				
Varição Cambial Não Realizada	397	397	-	397
Arrendamento - CPC 06 (R2)	39	-	39	-
Outras provisões	548	56	492	56
	984	453	531	453
Tributos diferidos passivos:				
Varição Cambial Não Realizada	(671)	(421)	(250)	(421)
	(671)	(421)	(250)	(421)
Total	313	32	281	32

16. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

16.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(5.565)	(3.707)	(1.835)	(1.809)
Total		(5.565)	(3.707)	(1.835)	(1.809)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

Em 2022, a Companhia não realizou pagamentos para partes relacionadas, no que se refere ao contrato de fruição de utilidades comuns, embora tenha havido reconhecimento de obrigações relativas a este contrato. Outros pagamentos realizados para partes relacionadas se referem aos encargos de uso da rede para a Enel Cien S.A., integrante do SIN – Sistema Interligado Nacional, bem como compra e venda de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Transmissão de energia		(3)	(3)	(32)	(28)
Enel Cien S.A	Até o final da concessão	(3)	(3)	(32)	(28)
Compra e venda de energia		(325)	4.209	28.579	18.423
Enel Trading Brasil	Janeiro de 2021 a dezembro de 2037	(958)	(1.314)	21.721	11.657
Ampla Energia E Serviços S.A		171	343	1.247	1.140
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A	Janeiro de 2019 a dezembro de 2038	317	287	2.302	2.092
Companhia Energetica Do Ceara - Coelce		145	213	1.055	963
Celg Distribuicao S.A. Celg D (*)	Até dezembro de 2022	-	479	2.254	2.059
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A		-	4.261	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		-	(60)	-	(702)
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A	Julho de 2021 a agosto de 2021	-	-	-	635
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A		-	-	-	7
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A	Fevereiro de 2021 a fevereiro de 2021	-	-	-	572
Suporte Operacional		(6.145)	(6.880)	-	-
Enel Green Power Spa	Janeiro de 2017 até o término dos serviços	(6.145)	(6.880)	-	-
Compartilhamento de Despesas comuns		4.259	-	-	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	4.259	-	-	-
Total		(2.214)	(2.674)	28.547	18.395

Compartilhamento das despesas comum: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruitoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Transmissão de energia: O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

17. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	11.554	11.554	44	44
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	8	8	3.773	3.773
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	28.408	28.408	35.709	35.709
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	8.668	8.668	9.285	9.285
			48.638	48.638	48.811	48.811
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	22.714	22.714	12.912	12.912
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	125.479	80.564	134.071	118.780
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	7.197	7.197	7.358	7.358
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	2.718	2.718	12.696	12.696
			158.108	113.193	167.037	151.746
Total			206.746	161.831	215.848	200.557

17.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

17.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
TJLP	10.794	12.795	2.001	15.123	4.329
Total	10.794	12.795	2.001	15.123	4.329

17.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

17.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	1.654	3.133	14.380	44.748	82.444	146.359
Total	1.654	3.133	14.380	44.748	82.444	146.359

17.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

17.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	125.479	134.071
Dívida	125.479	134.071
Caixa e equivalentes de caixa	(11.554)	(44)
Títulos e valores mobiliários	(8)	(3.773)
Dívida líquida	113.917	130.254
Patrimônio líquido	227.436	232.026
Índice de endividamento líquido	33%	36%

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	454.051	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723
Frota	-	-	-	-

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

19. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.